



Jornal do Simesp

Nº 43 • Publicação do Sindicato dos Médicos de São Paulo • set-out / 2019

Pág. 3

Faltam 2.225 médicos nos hospitais municipais de São Paulo

Relatório do Tribunal de Contas do Município (TCM) de São Paulo de julho de 2019 apontou que o déficit é de 56%



Pág. 5

HU-USP

Universidade de São Paulo deverá contratar profissionais temporários para o hospital

Pág. 6

Precatórios

Possível aprovação de PL atrasará o pagamento a servidores estaduais

Pág. 7

Direitos dos médicos

Conheça melhor os limites do sigilo médico e saiba como proceder em situações adversas

Orçamento x realidade

Diretoria do Simesp

A Prefeitura de São Paulo apresenta, em outubro, a proposta de orçamento para 2020. Com uma previsão de gastos, a proposta deve servir de base para os investimentos em saúde na cidade no próximo ano. A discussão orçamentária, que ocorrerá na Câmara de Vereadores nos próximos meses, se torna ainda mais relevante uma vez que nem tudo o que está na proposta será de fato posto em prática pela prefeitura, mas tudo o que ficar de fora do orçamento não será realizado, mesmo que seja indispensável para a melhora no provimento de saúde para a população.

Neste sentido, a 43ª edição do *Jornal do Simesp* aborda o crescente sucateamento dos hospitais municipais de São Paulo. Segundo relatório do Tribunal de Contas do Município (TCM) de São Paulo, que veio a público em julho deste ano, em 2018 o déficit de médicos nos 11 hospitais municipais foi de 56%. Dos 3.978 médicos necessários para suprir a demanda, apenas 1.753 atuavam. Para agravar ainda mais a situação, apenas 152 novas contratações foram feitas no mesmo ano. Entretanto, os poucos médicos que foram chamados de concursos anteriores

apenas substituíram contratos de emergência e, por isso, não foram suficientes para diminuir o déficit da rede. Com orçamento cada vez mais enxuto, o que podemos esperar, tendo em vista o atual cenário?

Em reportagem divulgada pelo *Bom Dia São Paulo*, telejornal da Rede Globo, em setembro, a professora de planejamento e orçamento público do Instituto de Ensino e Pesquisa - Insper, Mariana Almeida, nos últimos anos o valor executado é de apenas 30% dos gastos públicos orçados. O dado reforça a política de desfinanciamento da saúde pública, executada de forma deliberada pela prefeitura e que, ao longo dos últimos anos, restringiu a contratação de profissionais em todas as esferas da Autarquia Hospitalar Municipal (AHM).

Coroadada com o raro chamamento de aprovados em concursos, aos poucos, a prefeitura extinguirá os servidores públicos, deixando ranhuras que aceleram o processo de desmontagem da saúde pública na cidade, onde médicos em serviço são sobrecarregados e a conta é repassada à população, que peregrina em busca de atendimento.

SIMESP OFERECE DESCONTO NA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Agora a Contribuição Social pode ser paga por meio de cartão de crédito com **10% de desconto em 12 mensalidades. Direto em nosso site!**

MENSALIDADE
R\$ **61,61**

Residentes e recém-formados

MENSALIDADE
R\$ **34,22**

Valor especial com subsídio

Os associados adimplentes contam com assessoria jurídica gratuita nas áreas trabalhista, previdenciária e ético-profissional. Além de poderem usufruir de benefícios como seguros, assessoria contábil e declaração do imposto de renda.

Simesp, em defesa do médico e de seu trabalho.

Basta acessar simesp.com.br e seguir as instruções. Se preferir, entre em contato com o Simesp Relacionamento e conheça outras formas de se associar:
(11) 3292.9147 - relacionamento@simesp.org.br.



SIMESP

SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

RELACIONAMENTO SIMESP
11-99111-5490

[Twitter](#) [Facebook](#) [YouTube](#) /simespmedicos



SIMESP

SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

DIRETORIA

Presidente
Eder Gatti Fernandes
relacionamento@simesp.org.br

SECRETARIAS

Geral
Denize Ornelas P. S. de Oliveira
Finanças
Diângeli Soares
Assuntos Jurídicos
Juliana Salles de Carvalho
Comunicações e Imprensa
Gerson Salvador
Formação Sindical e Sindicalização
Ademir Lopes Junior
Administração
Ederli Grimaldi de Carvalho
Relações do Trabalho
José Eivalder Guimarães de Oliveira
Relações Sindicais e Associativas
Otelo Chino Júnior

EQUIPE DO JORNAL DO SIMESP

Diretor
Gerson Salvador
Supervisora de comunicação, edição e redação
Nicolli Oliveira
Redação
Stéfanni Meneguesso Mota
Revisão
Eliane Domaneschi

Redação e administração
Rua Maria Paula, 78, 3º andar - SP
CEP: 01319-000 - Fone: (11) 3292-9147
imprensa@simesp.org.br
www.simesp.org.br

PROJETO GRÁFICO
Med Idea - Design & Planning

Edição de arte, diagramação e imagem de capa
Kisley Gomes

Circulação: estado de São Paulo
Tiragem: 5 mil exemplares

Todas as matérias publicadas terão seus direitos resguardados pelo *Jornal do Simesp* e só poderão ser publicadas (parcial ou integralmente) com a autorização, por escrito, do Sindicato.

A versão digital desta publicação está disponível no site do Simesp. Caso não queira receber a edição impressa, basta mandar e-mail para relacionamento@simesp.org.

Déficit de médicos nos hospitais do município é de 56%

Nicolli Oliveira

Há cerca de quatro meses o Hospital Municipal e Maternidade Prof. Mário Degni tem um alto desfalque de médicos. Os plantões chegam a contar com apenas um profissional e, algumas vezes, não tem nenhum. Para atender a demanda, seria preciso haver pelo menos oito obstetras (divididos entre plantões diurnos e noturnos). Anestesiastas e neonatologistas também estão em falta no hospital. A crise do Mário Degni é só uma amostra do que a Autarquia Hospitalar Municipal (AHM) e toda a saúde pública do município de São Paulo estão sofrendo. Nos 11 hospitais municipais há um déficit de 56% de médicos, com apenas 1.753 profissionais atuando, quando deveria haver 3.978 para atender a demanda, segundo relatório do Tribunal de Contas do Município (TCM) de São Paulo de julho de 2019, referente a 2018.

Para Eder Gatti, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), a prefeitura, assim como todo o Sistema Único de Saúde (SUS), não tem uma política de provimento de recursos humanos, o que não se restringe apenas a médicos. “É perceptível a falta de uma política organizada, tendo em vista os diversos tipos de vínculos que temos dentro do SUS.” Nos hospitais do município, o déficit consolidado de pessoal foi de 40,6% em 2018, com um total de 7.591 vagas que deveriam ser preenchidas.

Para Juliana Salles, diretora do Simesp, há anos a ideia dos gestores públicos é acabar com os profissionais concursados, terceirizando completamente os serviços. “Servidor público

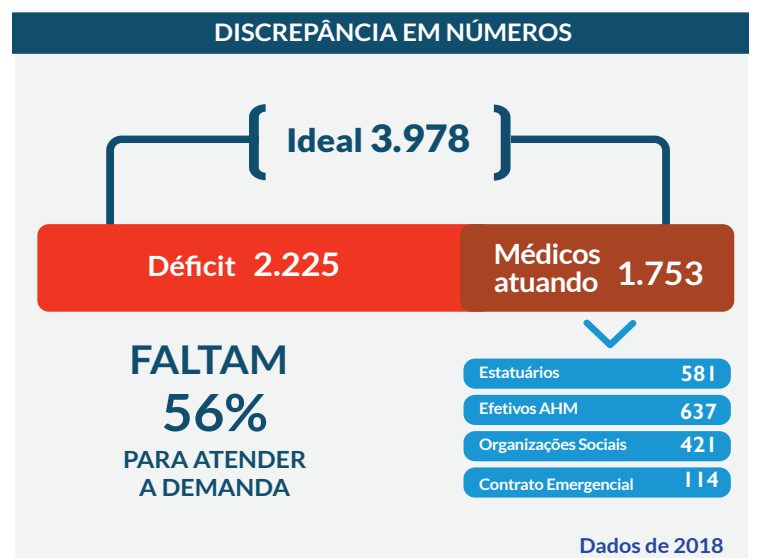
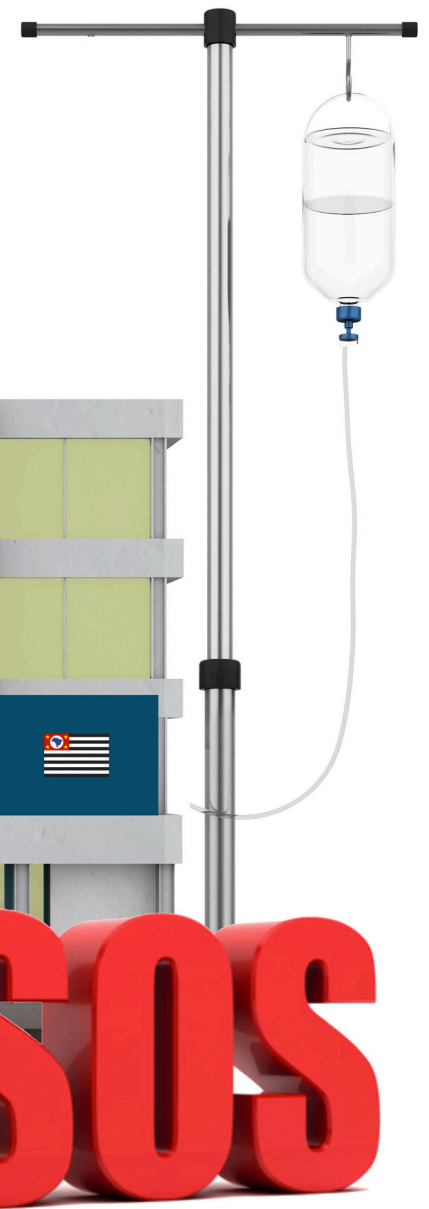
se tornou artigo em extinção.”

No ano passado, foram realizadas apenas 152 novas contratações de médicos por chamamento de concurso público anterior, que serviram para substituir contratos de emergência, o que não representou aumento no quadro de pessoal. “Na AHM o problema está, principalmente, na falta de contratação, o que piora a qualidade do trabalho de quem fica na unidade, sobrecarregando as equipes”, explica Gatti.

Para o presidente do Simesp, existe uma associação perigosa entre falta de contratação e baixos salários. “Fica pouco atrativo porque as condições de trabalho são ruins pela sobrecarga e o salário é baixo, o que faz com que falte médico mesmo quando a prefeitura abre

algum tipo de contratação. É o que gera déficit de médicos na atenção primária, principalmente nas regiões periféricas.”

Eder ainda afirma que nos últimos anos a Prefeitura de São Paulo demonstra ter tido uma postura deliberada de li-



mitação do trabalho médico ao restringir plantões extras, contratar pela modalidade celetista por organizações sociais (OSs) e não realizar novos concursos públicos em um cenário no qual os profissionais estão se aposentando.

Profissionais da UBS Jardim Vera Cruz paralisaram atendimentos

Funcionários da Unidade Básica de Saúde (UBS) Jardim Vera Cruz paralisaram os atendimentos no dia 7 de agosto para protestar contra a privatização do serviço. No mesmo dia, os profissionais realizaram ato em frente à Secretaria Municipal da Saúde (SMS). Desde o dia 31 de julho, a UBS passou da administração direta para a organização social (OS) Associação Saúde da Família (ASF). Não houve qualquer deba-

te sobre o futuro dos profissionais, que tiveram de se submeter às regras da OS ou solicitar transferência para outra UBS. A possibilidade de transferência não foi garantida pela SMS.

Segundo Juliana Salles, diretora do Simesp, a SMS alega falta de recursos humanos administrativos, mas funcionários alertaram que aprovados no concurso para Agente de Gestão do Patrimônio Público

(AGPP) nunca foram chamados para compor o quadro de funcionários das unidades. De acordo com denúncias recebidas pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), a terceirização das UBSs sem orientações aos profissionais vem ocorrendo por toda a cidade. O Simesp encaminhou ofícios à OS Associação Saúde da Família e à Secretaria questionando a atitude.



São Paulo

Mudanças na assistência obstétrica foram discutidas durante seminário



Os impactos na assistência obstétrica em São Paulo após a aprovação do Projeto de Lei (PL) 435/2019 foram debatidos no dia 15 de agosto, na sede do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), na 20ª edição do

Seminário Simesp (em outras edições denominado debate). Rossana Pulcineli, presidente da Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Estado de São Paulo (Sogesp); Larissa Flosi, médica do Coletivo Nascer; e Deni-

ze Ornelas, médica de família e comunidade (MFC) e diretora do Simesp, foram convidadas para debater o tema.

A presidente da Sogesp explicou que a entidade já possui um termo de consentimento sobre a cesárea a pedido para antes do trabalho de parto, informando todos os riscos à paciente. Além disso, será elaborado outro termo caso a paciente solicite a cesárea durante o trabalho de parto, citando a Lei.

Larissa reforçou que o plano de parto será uma ferramenta muito importante tanto

para o médico quanto para a paciente, que terá de tomar decisões de impactos ainda mais profundos.

Segundo a diretora do Simesp, o sindicato, desde o início, acolheu a reivindicação dos colegas médicos que pautaram esse debate em suas reuniões. "Acreditamos que o jogo democrático não foi devidamente cumprido na forma como foi pactuado durante os meses que antecederam a aprovação do projeto, mas isso é uma lição para que a gente persista e continue valorizando o papel das entidades médicas."

Guarulhos

Simesp solicita liberação de FGTS de médicos à Caixa Econômica Federal

Parte dos médicos do município de Guarulhos passa por uma mudança de regime de contratação, de celetistas (contratados com base na Consolidação das Leis do Trabalho) para estatutários (funcionários da administração direta do município, com direitos previstos no Estatuto

dos Funcionários Públicos Municipais de Guarulhos).

Com a mudança, o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) solicitou à Caixa Econômica Federal que seja garantido a esses médicos o direito de movimentação da conta vinculada do Fundo de

Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A solicitação foi feita porque a mudança de regime é equiparada à extinção do contrato de trabalho, conforme a Lei 8.036/90, que garante a liberação do FGTS a esses profissionais. O Simesp aguarda retorno da instituição financeira.

USP se compromete a contratar funcionários e abrir leitos no HU

Foto: Daniel Garcia - Adusp



> Moradores se manifestaram no dia 29 de agosto por contratações no HU

Após pressão popular, a Universidade de São Paulo (USP) contratará profissionais temporários para o Hospital Universitário (HU). A proposta foi apresentada em reunião no Ministério

Público de São Paulo no dia 30 de agosto. As contratações emergenciais sinalizadas pela instituição não solucionam em definitivo os problemas do hospital e não garantem o não fechamento dos

novos leitos ao término dos contratos, que terão duração máxima de um ano.

Segundo Eder Gatti, presidente do Simesp que esteve na reunião, não há planejamento de médio e longo prazo por parte da universidade e os leitos que devem ser abertos com os contratos temporários terão prazo de validade de acordo com a efemeridade das contratações realizadas. “As reivindicações são por um planejamento de recuperação definitiva do HU.”

A reunião aconteceu um

dia após ato realizado por moradores, em frente ao Instituto Butantã, pela contratação de novos funcionários. Desde junho, a universidade já recebeu pelo menos R\$ 10 milhões do total de R\$ 40 milhões liberados via emenda parlamentar junto à Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) em 2019. Do dinheiro auferido, R\$ 6,5 milhões seriam para custeio do HU, enquanto os outros R\$ 3,5 milhões deveriam ser empregados em recursos humanos. O montante se soma aos R\$ 48 milhões já liberados em 2018, também via emenda parlamentar.

Workshop

Evento abordou mercado financeiro e cenário econômico do Brasil

Foto: Nicolli Oliveira



> Marcello Popoff durante workshop na sede da XP Investimentos

Em parceria com a Lifetime, uma das assessorias da XP Investimentos, foi realizado um workshop de investimentos voltados para médicos no dia 27 de agosto. O evento teve como palestrante Marcello Popoff, sócio-diretor da empresa, que abordou noções básicas do mercado financeiro, como taxa Selic, CDI, IPCA, poupança e ações.

De acordo com o especialista, o Brasil está em seu pior cenário para quem possui capital e é isso que faz as pessoas olharem para

investimentos de uma forma mais atenta. “Não temos mais rentabilidade no que a gente costumava investir e uma postura acomodada não gera mais renda como antigamente. Os produtos nos quais os brasileiros estão habituados a investir são os piores possíveis (poupança, tesouro direto etc.), mas têm liquidez e retirada a curto prazo.”

Ainda segundo Popoff, que também é presidente da Associação Brasileira dos Agentes

Autônomos de Investimentos, o ideal é não investir todo o capital em um só tipo de produto, o que pode ser arriscado ou não gerar os lucros esperados. “Um exemplo seguro seria investir 70% do capital em renda fixa, 20% em multimercado e 10% em renda variável.” Vale ressaltar que cada pessoa tem um perfil diferente de investidor, que deve ser customizado, pois existem os conservadores e os mais agressivos.

São Paulo

Emílio Ribas tem 1º Curso de Atualização em HIV/Aids

A Associação dos Médicos do Instituto de Infectologia Emílio Ribas (Amiier) organiza, nos dias 11 e 12 de outubro, seu 1º Curso de Atualização em HIV/Aids. O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), o Centro de Estudos Emílio Ribas e a Sociedade Paulista de Infectologia apoiam o evento. O curso traz especialistas responsáveis por abordar o HIV/Aids sob a ótica da prevenção, tratamento, complicações e comorbidades, além da história e epidemiologia.



Aprovação de PL atrasará o pagamento de indenização

Em setembro, o Governo do Estado de São Paulo enviou à Assembleia Legislativa do Estado (Alesp) um projeto de lei (PL) que visa reduzir em 61% o valor das Requisições de Pequeno Valor (RPVs), indenizações por reajustes salariais não concedidas pelo governo, similares aos precatórios, mas com teto estabelecido. Atualmente, servidores na ativa ou não, com direito a ressarcimentos de até R\$ 30.119,20 a receber, têm seus pagamentos liberados em até 60 dias. Contudo, caso o PL seja aprovado, esse valor irá cair para R\$ 11.678,90, levando boa parte dos beneficiários de RPVs para a fila dos precatórios comuns, que podem levar anos para serem pagos.

O projeto tramita em caráter de urgência na Alesp e pode ser aprovado ainda nos próximos meses. Segundo Eder Gatti, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), uma mu-

dança como essa lesa centenas de médicos servidores estaduais que já foram prejudicados anteriormente. Eles terão seus direitos trabalhistas submetidos a uma justiça morosa, passando a receber após anos os direitos que poderiam ser restituídos em até dois meses.

A principal forma de tentar barrar esse PL é enviar e-mails aos parlamentares da Alesp. As informações estão disponíveis no link <https://bit.ly/2kqPnKY>.



Na Mídia

Simesp é destaque no Jornal da Cultura, Agora e Metro

No dia 6 de setembro, a obstetra Larissa Flosi representou o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) em um debate com a deputada Janáina Paschoal no *Jornal da Cultura*. Entre outros assuntos, foi discutida a lei das cesarianas de autoria da deputada, que permite à gestante optar pela cesariana sem indicação médica inclusive no momento do parto.

O Simesp foi destaque também no *Jornal Agora* que, no dia 17 de setembro, abordou a recontração dos 37 profissionais do Programa Mais Médicos que haviam sido desligados no término de seus contratos, prejudicando o atendimento de cerca de 150 mil pessoas. A pauta também foi destaque no *Metro Jornal*, com participação do presidente do Simesp, Eder Gatti.



Assembleia de campanha salarial Sindhosfil-RP



O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) realizou em Ribeirão Preto assembleia sobre a campanha salarial 2019 no dia 24 de setembro. O chamamento foi direcionado a todos os médicos que trabalham em organizações sociais, santas casas e hospitais filantrópicos na cidade de Ribeirão Preto e região. Foram debatidas as reivindicações para a Convenção Coletiva com o Sindicato das Santas Casas e Hos-

pitais Filantrópicos (Sindhosfil), incluindo reajuste salarial e cláusulas sociais.

É importante ressaltar que a Convenção Coletiva de Trabalho contempla pessoas regularmente contratadas. Ou seja: os benefícios são para trabalhadores com vínculo CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Daí o princípio do Sindicato de combater a precarização (conhecida, popularmente, como “pejotização”).

Ministério da Saúde

Presidente do Simesp recebe menção honrosa no Prêmio Capes

O Prêmio Capes de Tese 2019 contemplou neste ano 16 trabalhos produzidos por acadêmicos da Universidade de São Paulo (USP), incluindo a produção de Eder Gatti Fernandes, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), que recebeu menção honrosa pelo trabalho “Avaliação de custo-efetividade da introdução da vacina triplíce celular do adulto (dTpa) no calendário de imunização de adultos do Programa Nacional de Imunizações no Brasil”. A premiação, na área de Saúde Coletiva, foi defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências, do Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP.

Neste ano, foi informado aos premiados que “excepcionalmente e diante do cenário econômico de ajuste das contas públicas, não será realizada uma cerimônia para a entrega do Prê-

mio”. De acordo com Gatti, o que está em jogo não é comemorar a entrega de prêmio da Capes, mas garantir o financiamento da pesquisa no país. “Estamos sofrendo ataques que nos prendem ao atraso e nos levam até mesmo a um retrocesso”.

Pesquisas como essa poderão deixar de existir após o corte de verbas de 30% nas universidades federais, anunciado em abril pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. Já no início de maio, o corte foi estendido às novas bolsas de mestrado e doutorado concedidas pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes), ligada ao Ministério da Educação (MEC). Segundo reportagem do portal G1, o contingenciamento já fez a Capes perder R\$ 819 milhões, resultando no anúncio do corte de cerca de 5 mil bolsas de pesquisa concedidas pela instituição.

Associados têm vantagens para atualização profissional



Médicos associados ao Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) têm desconto em instituições de ensino por meio da plataforma Simesp+. As parcerias disponibilizadas pelo sindicato permitem que seus associados se aperfeiçoem educacionalmente com descontos de 10% a 30% nas mensalidades.

As oportunidades são de instituições renomadas como British Medical Journal (BMJ), EviMed e Instituto Brasileiro de Educação em Gestão Pública (Ibegesp). O Simesp também conta com descontos em cursos de idiomas nas escolas CEL.LEP e Fast Move.

Você pode visualizar todos

os descontos disponibilizados pelo site simespmais.org.br. Se ainda não é associado e quer aproveitar os benefícios que o Simesp+ tem para você, entre em contato:

Telefone: (11) 3292-9147
WhatsApp: (11) 99111-5490
relacionamento@simesp.org.br

Direitos dos Médicos

Os limites do sigilo médico

A relação médico-paciente é pautada pela obrigação fundamental do médico em manter segredo profissional. Mas o que fazer quando o paciente é uma figura pública? E se estiver em fase terminal? Existem exceções? Entenda como proceder em situações adversas

O que pode acontecer se o sigilo médico não for respeitado?

A Constituição Federal prevê a indenização por dano moral ou material em razão da violação à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas.

A Resolução nº 1.605/2000 do Conselho Federal de Medicina (CFM) determina que o sigilo médico é a regra, comportando exceções nas quais o prontuário e a ficha médica podem ter seus conteúdos revelados com a autorização expressa do paciente, por determinação judicial, para a própria defesa do médico ou por motivo justo (quando a enfermidade possa gerar riscos à coletividade).

Deve-se dar entrevistas sobre a situação do paciente se ele for uma figura pública?

É vedado ao médico dar en-

trevistas e comunicar sobre o estado de saúde de determinado paciente sem o seu consentimento.

Como proceder em caso de suspeita de crime cometido pelo paciente?

É vedada ao médico a quebra do sigilo profissional em caso de suspeita de crime que possa expor o paciente a processo penal. Portanto, mesmo que seja pessoalmente e eticamente contrário ao aborto, por exemplo, o médico é impedido de revelar a prática às autoridades públicas.

O que fazer quando o paciente for menor de idade?

O Parecer nº 55/2015 do CFM diz que a quebra do sigilo profissional sobre relações sexuais de crianças e adolescentes



menores de 14 anos deve ocorrer somente após o médico analisar se o segredo sobre o caso ocasionará dano ao adolescente/criança e, ainda, analisar a capacidade de discernimento do paciente. Caso decida pela quebra do segredo aos responsáveis, a orientação do CFM é de que o médico, primeiramente, converse com o paciente e esclareça a necessidade da comunicação e os riscos de danos, tentando priorizar sempre o consentimento do paciente para a quebra do sigilo. O Código de Ética Médica também prevê exceção quando o profissional verificar que a não revelação pode causar dano ao paciente.

Deve-se comunicar abertamente a situação de saúde a um paciente terminal?

A comunicação irrestrita ao paciente sobre o seu diagnóstico e o conhecimento sobre seu estado de saúde, especialmente em estado terminal, é um direito. Durante um determinado período, acreditou-se que ocultar do paciente um quadro de saúde grave lhe geraria melhores condições de vida. No entanto, hoje, o consenso é de que o paciente deve estar bem informado, especialmente para a melhor escolha de tratamento para si e a preservação de sua autonomia.

“Os pacientes que dependem da Fosp ficarão desassistidos”

A Fundação Oncocentro de São Paulo (Fosp) atua há 45 anos e é uma referência no tratamento de câncer em todo o estado. Recentemente, o governo do estado anunciou o possível desmembramento da Fosp e não descartou a possibilidade de seu fechamento. Quem nos explica a gravidade da situação é o diretor do laboratório de patologia da Fosp, Alexandre Ab'Saber. Segundo ele, o desmonte da instituição só pode acontecer mediante aprovação de lei específica, o que pode ocorrer a qualquer momento, deixando milhares de pacientes que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS) sem tratamento adequado

Stéfanni Meneguesso Mota

Quais são os principais serviços prestados pela Fundação?

A Fundação Oncocentro tem três departamentos importantes. O primeiro é de reabilitação, que faz próteses de cabeça e pescoço para pessoas que fizeram tratamento de câncer e ficaram mutilados pela doença. O segundo departamento é o laboratório: somos o primeiro em quantidade de exames papanicolau do estado de São Paulo, fazemos também biópsias de pele, gástricas, todas as biópsias ambulatoriais, além de análises imuno-histoquímicas. O terceiro departamento é o de estatística, em que somos responsáveis pelos dados de todas as doenças oncológicas do estado de São Paulo.

Qual é a importância e o papel dela no SUS?

A Fosp é vital. As próteses que fazemos, até onde se tem notícia, só são feitas por nós em todo o estado e totalmente voltadas para o SUS. Se fecharem esse serviço, não haverá outro. Os pacientes que dependem da Fosp ficarão desassistidos. No laboratório de citologia, temos 240 mil exames por ano, ou seja, é o maior laboratório público do estado de São Paulo, talvez até do Brasil.

A citologia de papanicolau vem de 540 postos de saúde de 70 municípios diferentes. Se perdermos esse laboratório, esse serviço terá que ser pulverizado entre outros laboratórios e, além disso, nós fazemos a estatística. Todos os exames que realizamos também servem para a obtenção de dados, por exemplo, sobre quais as regiões onde há e onde falta coleta de papanicolau: isso serve para organizar o sistema público de saúde e é algo que o sistema particular jamais vai fazer. Desmobilizar um serviço como o nosso aumenta a desigualdade social do nosso país.

Na prática, o que significa esse “desmembramento”?

Este é um temor muito grande que nós temos porque, na prática, se acontecer esse desmembramento vamos perder uma unidade que demorou 45 anos para ser realizada. A cada ano implementamos e melhoramos nosso serviço com tecnologia de ponta. Se você desmobiliza, coloca um laboratório para cá, outro para lá, o medo é que isso seja sucateado. Outros hospitais não têm condições de acolher nossos serviços.

Como você foi informado sobre o possível fechamento do Oncocentro?

Nosso presidente foi informado



Acervo pessoal

Alexandre Ab'Saber > "Desmobilizar um serviço como o nosso aumenta a desigualdade social do nosso país"

por meio da Secretaria da Saúde. Não existe ainda um pedido formal de votação, mas o secretário nos informou que o pedido será feito. O ideal seria que esse pedido nem chegasse à Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) porque para desmobilizar a Fosp é necessária a aprovação de uma lei. Nós estamos tentando evitar que essa lei seja até mesmo posta em votação.

Segundo a Secretaria de Estado da Saúde, o motivo do possível fechamento é a defasagem e a ociosidade da Fosp. Qual é a sua opinião sobre essa fala?

Isso não procede e é uma informação bastante leviana. A gente faz 240 mil citologias por ano, é o maior laboratório público. Temos apenas 89 funcionários na nossa instituição, e não existe nenhum outro lugar que tenha tão pouca gente e consiga fazer tantos exames. Outra afirmação é a de que a Fosp é defasada, mas nós recebemos exames de alta complexidade, que requerem cursos de patologia de alta complexidade, com equipamentos de ponta. Dizer que somos ociosos não dá, dizer que falta tecnologia também não dá.

Você acredita que haja alguma outra razão que justifique essa intenção do governo do estado?

Os fatos não são abertamente

passados para nós. O que eles falam é que existe uma tendência de economizar recursos na folha de pagamento. Mas os recursos que serão economizados serão gastos muito mais depois se você desmobilizar uma coisa que já está pronta. Além disso, a Fosp gera uma renda muito grande: toda a tecnologia que nós utilizamos é paga pelo faturamento da própria Fosp.

A Fosp foi informada sobre detalhes de como deverá ser feito o desmembramento?

As informações não são consistentes. Chegam informações de que o laboratório irá para o HC (Hospital das Clínicas), depois que iria para o Adolfo Lutz, não existe um plano. Nós não fomos informados corretamente e ficamos perdidos porque temos funcionários com 30 anos de casa, celetistas, em cargos de confiança, existem vários tipos de contrato e essa situação gera uma ansiedade muito grande. Está difícil trabalhar, estamos tentando segurar nosso padrão de qualidade e tocar o barco como sempre fizemos. O mais triste são os pacientes com próteses que vão perder o acompanhamento. Tem pacientes que fazem acompanhamento aqui há 15 anos e eles estão verdadeiramente desesperados.